

# Juiz cobra explicações

DAVI ZOCOLI

Lúcia Leal

**A**21ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal (TRF) solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que justifique o motivo pelo qual pede ao GDF que faça a derrubada de casas que estão em Áreas de Proteção Permanente (APPs), em Vicente Pires. O órgão terá dez dias para responder aos questionamentos. O Ibama espera que suas respostas sejam acatadas, caso contrário poderá tentar derrubar a liminar que suspendeu a retirada das casas que estão em área ambiental.

O Ibama terá também de dar um posicionamento à procuradora Ana Paula Mantovani Siqueira, do Ministério Público Federal (MPF). O prazo que ela deu ao órgão para que avaliasse o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado com o GDF e que não está sendo cumprido, termina na segunda-feira.

De acordo com a recomendação da procuradora, o ponto mais grave de descumprimento do documento é a proliferação de novas casas em áreas verdes de Vicente Pires. Pelo TAC, as construções que existiam nessas áreas deveriam ser derrubadas e, além de isso não ter sido feito, a cada dia surgem novas edificações.

O superintendente do Ibama-DF, Francisco Palhares, afirmou que na segunda-feira terá uma reunião com a procuradora. "Vou mostrar que a gente tentou fazer cumprir o TAC, tanto que o GDF apresentou o cronograma de derrubada mas, com a liminar que os moradores conseguiram, ficamos impedidos de dar continuidade ao processo de retirada das casas", explicou.

Palhares quer pedir à Ana Paula Mantovani um ajuste no atual TAC. "Vamos ver a possibilidade de estender os prazos. Ninguém quer a suspensão do TAC", afirmou. Isso vai de encontro com o que quer o GDF.

Pelo cronograma apresentado, o governo pede um prazo até abril para retirar as 549 casas que estão nas APPs. As primeiras 15 começariam a ser retiradas

na segunda-feira. O TAC, no entanto, vence em setembro.

## ■ Problemas

Ibama e GDF querem responder ao juiz antes do prazo dado. Segundo Palhares, os técnicos do Ibama, da Caesb e do Siv-Água já estão em campo. "Vamos fazer um laudo dos problemas que essas construções em APPs podem causar. Contamos com o bom senso do juiz para que acate nossos argumentos, se não poderemos recorrer", afirmou. Palhares garante que a contaminação do córrego Vicente Pires pode comprometer toda a Bacia do Paranoá.

Ontem, representantes do GDF mostraram o cronograma ao Ibama. Palhares vai estudar o documento para apresentá-lo à procuradora. Apesar do vaivém judicial, o Ibama continua notificando os donos das casas irregulares. Mais de cem receberam o aviso para liberar as construções em 30 dias.

O presidente da Associação Comunitária de Vicente Pires, Dirsomar Chaves, defende o diálogo. "Não dá para querer tirar uma família que mora há 25 anos na casa só porque está perto do córrego. Queremos sentar para discutir o que está errado", disse. Palhares foi direto: "Pessoas que ocupam APP são criminosas e devem responder por esse crime no Ministério Público".

549

CONSTRUÇÕES

PODERÃO SER  
RETIRADAS DAS ÁREAS  
DE PROTEÇÃO  
AMBIENTAL ATÉ ABRIL.  
AS PRIMEIRAS 15  
COMEÇARIAM A SER  
DERRUBADAS NA  
SEGUNDA-FEIRA